



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. RONALDO CHADID

DECISÃO SINGULAR	: DSG-G.RC-5134/2012
PROCESSO TC/MS	: TC/1701/2011
PROTOCOLO	: 1025037
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAL MOREIRA
ORDENADOR (A) DE DESPESAS	: EDSON LUIZ DE DAVID
CARGO DO ORDENADOR (A)	: PREFEITO
ASSUNTO DO PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO NOTA DE EMPENHO 106/2011
RELATOR	: CONS. RONALDO CHADID
CONTRATADO (A)	: S.L.S. ORTIZ & CIA LTDA -ME
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	: PREGÃO 1/2011
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	: AQUISIÇÃO DE UM ÔNIBUS URBANO DE MODELO MARCOPOLO/VOLARE, ANO/MODELO 2002.
VALOR INICIAL DA CONTRATAÇÃO	: R\$66.000,00

Vistos, etc...

Em exame a EXECUÇÃO FINANCEIRA do Empenho n. 106/2011, firmado entre a Prefeitura Municipal de Aral Moreira/MS e a Empresa S.L.S Ortiz & Cia Ltda - ME, visando à aquisição de 01 (um) ônibus urbano de modelo Marcopolo/Volare, ano/modelo 2002, no valor de R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais).

Ressalta-se que o processo licitatório, realizado na modalidade Pregão Presencial n. 01/2011 e a formalização do Empenho, foram julgados legais e regulares, conforme se infere da cópia da **DSG – Decisão Singular n. 003105/2011**, f. 18.

Procedendo a Análise Processual (ANP-08789/2011), a 5ª ICE constatou:

- Nota de Empenho, f. 08;
- Comprovação da publicação do Extrato da Nota de Empenho, contendo seus elementos essenciais, número do processo administrativo, partes, objeto, dotação orçamentária, valor e vigência, f. 07.



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. RONALDO CHADID

Entretanto, a Equipe Técnica constatou a ausência de documentos, oportunidade em que sugeriu a notificação do Órgão de Origem, que regimentalmente notificado às f. 28, apresentou justificativas e documentos, sanando as irregularidades apontadas.

O Ministério Público de Contas opinou pela regularidade e legalidade dos atos praticados no decorrer da execução do empenho, por estar em conformidade com a legislação pertinente, conforme Parecer n. 8645/2012, acostado às f. 41/42.

É o relatório.

Das razões de decidir.

O mérito da questão baseia-se na Execução Financeira do Empenho n. 106/2011, que restou devidamente comprovado da seguinte forma:

EXECUÇÃO FINANCEIRA	
VALOR DO CONTRATO	R\$66.000,00
CERTIFICADO DE TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULOS	R\$66.000,00
ORDEM DE PAGAMENTO	R\$66.000,00

Conforme demonstra o quadro acima, a despesa realizada restou devidamente empenhada, liquidada e paga, perfazendo o montante de R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais), de acordo com as normas de finanças públicas prescritas nos artigos 60 a 65 da Lei 4.320/64.

Mediante o exposto, com fundamento no art.13, V, combinado com o art.311, inciso II e 312, I, segunda parte do Regimento Interno TC/MS, aprovado pela RNTC/MS nº 57/2006, acolhendo o Parecer do Ministério Público de Contas, **DECIDO** pela **regularidade e legalidade** da EXECUÇÃO FINANCEIRA do EMPENHO N. 106/2011, firmado entre a Prefeitura Municipal de Aral Moreira/MS e a Empresa S.L.S Ortiz e Cia Ltda – ME.



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. RONALDO CHADID

É a decisão.

Publique-se.

Campo Grande, 17 de agosto de 2012.

Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

SMMGA